

1

Introdução

O Neo-Realismo português pode ser considerado um movimento artístico de contestação política que procurou romper com as idéias positivistas do século XIX por meio de uma visão socialista de inspiração marxista. Surgindo nos finais da década de 30 do século passado, em oposição frontal ao psicologismo do movimento presencista, que demonstrava uma quase total indiferença à realidade do país, o Neo-Realismo tomou-se de intenções ambiciosas ao pretender ser um movimento de conscientização das mentes e de transformação da realidade portuguesa. Ao afirmar-se como uma literatura de oposição ao subjetivismo presencista, o Neo-Realismo marcava o seu interesse por tudo o que mostrasse o indivíduo articulado aos seus semelhantes e às estruturas sociais, históricas e econômicas, definindo-se, fundamentalmente, pela proposta de desnudamento dos mecanismos socioeconômicos que regem a vida humana, incitando a uma transformação radical através da ação revolucionária.

Se o Romantismo, representado por Garrett e Alexandre Herculano, voltava-se ao passado para construir uma identidade nacional e se o Realismo de Eça de Queiroz, Antero de Quental e Oliveira Martins, tinha como proposta modernizar Portugal rompendo com as estruturas do passado, o Neo-realismo, embora reativando alguns dos mecanismos da representação oitocentista, assume uma dimensão intervencionista inspirando-se nas categorias marxistas de consciência e de luta de classes.

Ao longo dos anos 30, o Neo-Realismo eclode como uma movimentação cultural e consolida-se em paralelo à instituição do Estado Novo em Portugal. Formado por um grupo de jovens intelectuais, os quais definiram o Neo-Realismo como uma proposta artística e também de intervenção social e política, esse movimento se desenvolve em estado de “permanente polêmica”, do qual Isabel Margato¹ destaca o apontamento para uma “orientação teórico-metodológica, que supõe um movimento convergente entre teoria, prática e poesia ao mesmo tempo”

¹ MARGATO, Izabel. “Notas sobre o Neo-Realismo português: um desejo de transformação”. In: *Via Atlântica*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, p.45.

e “uma orientação (ou interpretação) de que a obra de arte deveria ter um papel efetivamente atuante do ponto de vista político-social”.

É, então, com origem num duplo movimento, cultural e político, que o Neo-Realismo vai dar forma às diferentes manifestações do grupo que o constituiu, indo ao encontro de uma ideologia que fosse, ao mesmo tempo, um ato de resistência e luta contra a alienação provocada pelo regime do Estado Novo.

Situado no interior da corrente neo-realista, porém distanciado da visão esquemática atribuída ao movimento, o escritor Carlos de Oliveira deixa-nos entender claramente que é no curso da História que se encontram as explicações para os problemas que afetaram a sociedade portuguesa nas primeiras décadas do século XX. Mas como encontrar na História a justificativa para a infelicidade, para os conflitos, para os dramas dos indivíduos e de que maneira propor um questionamento para arrancar a sociedade portuguesa do seu entorpecimento?

Eis a questão que procuraremos desenvolver ao longo dessa dissertação. Para tanto, escolhemos o romance *Casa na Duna* (1943) com o propósito de identificar, com base nas questões programáticas definidas pelo movimento neo-realista, o projeto de ficção do escritor Carlos de Oliveira para estabelecer um critério de interpretação da realidade social, política e econômica da sociedade portuguesa nas primeiras décadas do século XX, estimulando uma transformação radical do homem pela transformação radical da sua vida.

Carlos de Oliveira foi, praticamente desde o início, considerado um caso à parte: um escritor neo-realista que denunciava, nos seus romances, os mecanismos de funcionamento da sociedade e a dependência dos indivíduos em relação à situação histórica, econômica e social da época em que a luta de classes era uma evidência inegável. Ao mesmo tempo, esse escritor demonstrava um grande talento artístico, que fez dele o modelo e a prova de que o movimento neo-realista não desprezava os valores estéticos. Demonstrando que a literatura neo-realista incompatibilizava-se com uma literatura subjetiva, Carlos de Oliveira foi além da criação de tipos sociais e de uma visão estereotipada das lutas de classes, trazendo à tona, nos seus romances, a realidade social e política e o seu peso nas existências individuais.

Para Mário Dionísio, o escritor Carlos de Oliveira tinha “a convicção de que o clima angustioso em que se vive foi provocado por circunstâncias históricas determinadas ou determináveis, apesar da extrema complexidade de que se

revestem”². E se a explicação para os problemas que afetaram a sociedade portuguesa na primeira metade do século XX encontrava-se no decurso da História, é somente através de uma “consciência aguda” e de uma “acção vigilante e constante” que se conseguirá construir e conquistar a liberdade e a dignidade de que tudo depende.

Publicado nos alvares do Neo-Realismo, o romance *Casa na duna* encena a história do esplendor e da ruína de uma família da burguesia rural da região da Gândara, os Paulo. A ação do romance passa-se em Corrocovo, uma pequena aldeia próxima de Corgos. Em *flash-back* tomamos conhecimento da maneira como os Paulo enriqueceram: comprando a preços irrisórios a terra dos camponeses em dificuldade. No presente da narrativa, assistimos à ruína econômica e psicológica de Mariano Paulo e do filho, Hilário, órfão melancólico e neurótico. Paralelamente, o romance vai mostrando a ascensão de uma nova classe de comerciantes e industriais, provocada por mudanças estruturais da sociedade.

As lutas pelo poder, pelo dinheiro, pelo prestígio ou influência, pela sobrevivência, são, para o escritor Carlos de Oliveira, inseparáveis das condições históricas. Mas o que também Carlos de Oliveira parece pretender com esse romance é fornecer explicações racionais, delegando na intelectualidade a interpretação do que acontece na vida dos homens e mulheres do romance.

A infelicidade, os conflitos, as lutas e os dramas dos personagens também têm o seu lugar na narrativa, mas Carlos de Oliveira parece interessar-se mais em desnudar os processos históricos a se ater aos destinos puramente individuais, embora seja através da família, do grupo social e seus respectivos interesses, limitações e conflitos, que o escritor desmonta convenientemente os mecanismos de funcionamento da sociedade e dá uma dimensão mais profunda aos dramas individuais.

Em *Casa na Duna*, o peso do destino se coloca a par com os determinismos econômico-sociais, pondo nos pratos da balança duas possíveis leituras da História. Segundo João Camilo “a Fatalidade (...) é também um dos elementos característicos do universo romanesco de Carlos de Oliveira”³. Como um autor neo-realista, Carlos de Oliveira recusa a fatalidade como qualquer coisa

² DIONÍSIO, Mário. “Prefácio”. In: OLIVEIRA, Carlos de. *Casa na Duna*. 3.ed. Lisboa: Portugal, 1964, p.16.

³ SANTOS, João Camilo dos. “Apresentação de um romancista neo-realista: Carlos de Oliveira”. In: *Vértice*, 38, maio de 1991, p.37.

que resulta de influências sobrenaturais. A fatalidade é para o escritor “o resultado do peso que exercem sobre os indivíduos as condições materiais de existência”, isto é, as condições de produção na sociedade liberal capitalista dividida em classes que se enfrentam e se afrontam. A única fatalidade é a História, devendo antes identificar-se com as circunstâncias sociais e econômicas.

Numa visão que se aproxima da do próprio narrador, a degradação e as suas causas, retratadas no romance, têm a sua leitura atribuída ao Dr. Seabra, personagem detentora de um saber científico. Com um maior amadurecimento no que se refere ao conhecimento da realidade que o circunda, esse personagem parece contribuir para uma conscientização política de Mariano Paulo e, por consequência, do leitor.

Essa valorização do saber científico com vistas a um melhor entendimento da realidade através da intelectualidade e sua subsequente transformação, parece ir ao encontro do desejo do escritor Carlos de Oliveira: “Tenho pensado que toda esta geringonça social precisa duma grande volta. Quanto mais não seja por uma questão de decoro elementar, de humanidade.”⁴

A tonalidade particular que as condições históricas e socioeconômicas conferem à obra de Carlos de Oliveira aponta para uma problemática do conhecimento, na qual não existem verdadeiramente algozes de um lado e inocentes do outro. Assim, mostrando de maneira inequívoca a frágil condição humana, dependente de mecanismos de produção que condicionam os destinos dos indivíduos, e opondo a crença nos poderes sobrenaturais às explicações racionais que põem a nu os mecanismos de funcionamento da História e as consequências desses mecanismos sobre os destinos, Carlos de Oliveira parece apostar no devir histórico e numa concepção do homem que se aproxima das preocupações neo-realistas, evidenciando o aceleração de um processo histórico irreversível e fatal.

⁴ OLIVEIRA, Carlos de. *Casa na Duna*. Lisboa: Sá da Costa, 1980, p.93.